



Por uma abordagem antiutilitarista das organizações escolares a partir de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss

Gabriel Gordo Alcantara¹

RESUMO: Este artigo monográfico busca estabelecer uma relação entre antiutilitarismo e organizações para pensar uma crítica ao predomínio da razão instrumental na sociedade contemporânea. Para tanto, articula conceitos de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss para uma análise da presença desta razão nas organizações escolares, que aparecem como obstáculo para o desenvolvimento de escolas democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; Antiutilitarismo; Organizações; Razão instrumental; Democracia.

For an anti-utilitarian approach to educational organizations based on Guerreiro Ramos and Marcel Mauss

ABSTRACT: This article proposes to correlate (1) the concept of anti-utilitarianism and (2) organizational studies as a pathway for critiquing the prevalence of instrumental rationality in contemporary society. In order to investigate the presence of such rationality in educational organizations, as well as the ways it might hinder the possibility of true democratic schools, the article discusses ideas from Guerreiro Ramos and Marcel Mauss.

KEYWORDS: School; Anti-utilitarianism; Organizations; Instrumental Rationality; Democracy.

¹ Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2021.1. Integra o grupo de pesquisa: Grupo Interdisciplinar de Dinâmicas Contemporâneas (NICON). Atualmente pesquisa o Antiutilitarismo e suas contribuições para o campo das organizações e da sociedade contemporânea. Atua como pesquisador na área de Sociologia, mas também possui interesse nas áreas de Filosofia e Antropologia.

COMO CITAR: ALCANTARA, Gabriel G. "Por uma abordagem antiutilitarista das organizações escolares a partir de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss." In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 6-21.

“A democracia é mais do que uma forma de governo; é, antes de mais, uma forma de vida associativa, uma experiência partilhada em conjunto” (DEWEY apud LIMA, 2018).

Introdução

Este artigo monográfico busca estabelecer uma relação entre antiutilitarismo e organizações para pensar uma crítica ao predomínio da razão instrumental na sociedade contemporânea. Para tanto, articula conceitos de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss para uma análise da presença desta razão nas organizações escolares, que aparecem como obstáculo para o desenvolvimento de escolas democráticas. O trabalho entende que as escolas, desde sua criação, não foram construídas para serem democráticas, tendo sofrido, ao longo da história, imensas transformações que contribuem até hoje para a sua não democratização. Sendo assim, buscar-se-á entender os mecanismos que impedem o seu pleno desenvolvimento, do ponto de vista das organizações substantivas, e, de certa forma, como isso impacta no debate que pensa as escolas cada vez mais como empresas que mobilizam discursos os quais reduzem o homem a um ser que calcula e que busca sempre a satisfação de seus próprios interesses. Por fim, propõe como alternativa teórica para análise desta problemática o paradigma antiutilitarista derivado das teorias de Marcel Mauss.

Sendo assim, inicialmente o artigo propõe um resgate do próprio sentido de organização a partir das ideias de Guerreiro Ramos, para quem as teorias organizacionais precisavam passar por uma mudança radical. Sua crítica à razão instrumental e sua ideia de razão substantiva questionam os modelos de organizações derivadas da sociedade de mercado e propõe em seu lugar o estabelecimento de organizações substantivas. Desta forma, a ideia é a de que sendo as escolas também organizações pautadas por modelos de gestão, estatutos, regulamentos e hierarquias específicas, elas precisam ser pensadas também a partir desses termos. Mas, ao contrário das teorias que colocam a organização escolar cada vez mais perto de uma prestadora de serviço apenas, é preciso refletir como ela pode ser pensada em termos de organização substantiva, ou seja, que põe em circulação uma razão também substantiva bem como princípios políticos fundamentais de democracia.

Para pensar mais diretamente a escola enquanto organização democrática, bem como os obstáculos que impedem seu desenvolvimento, serão utilizadas algumas contribuições de Licínio C. Lima, elaboradas em seu artigo *Porque é tão difícil democratizar a escola pública?* (2018). No referido trabalho, o autor elenca alguns obstáculos que a escola enfrenta e as causas que permitem que eles existam. Para finalizar, sugere que, como maneira de resolver parte das problemáticas evidenciadas por Guerreiro Ramos no que

tange às organizações e por Licínio C. Lima no que se refere à constituição de escolas democráticas, as teorias antiutilitaristas derivadas da dádiva de Marcel Mauss e desenvolvidas por teóricos como Alain Caillé mostram-se promissoras para aprofundar e dar outros rumos às produções que pensam o sentido da escola, seus fins, bem como o que será dela em um futuro relativamente próximo. Entendendo que, com o advento do neoliberalismo e uma nova fase da modernidade, é preciso intensificar os esforços para pensar alternativas para a escola que vão contra os modelos hegemônicos atuais.

Guerreiro Ramos – Vida e obra

Na medida em que esse proeminente autor das organizações parece ofuscado dentro das Ciências Sociais, faz-se este pequeno resumo de sua trajetória com o objetivo de situar o leitor sobre quem ele é, bem como elucidar o novo sentido que ele atribui às organizações. Guerreiro Ramos nasceu em 1915 e morreu em 1982, com 66 anos. Natural de Santo Amaro, na Bahia, exerceu muitos ofícios, contribuindo sobremaneira para as Ciências Sociais no Brasil. Foi Sociólogo, administrador, funcionário público, político e dedicou grande parte da vida às questões raciais. Também foi um dos intelectuais que atuou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituto da época de Getúlio Vargas, que pensava questões referentes ao país, mas que também funcionava como propaganda política da era Vargas. Por isso mesmo, muitos o consideram um nacionalista, embora o ISEB possuísse intelectuais que não concordavam com o governo. Como um grande defensor da liberdade, era crítico da maneira como o Brasil importava teorias estrangeiras para tentar resolver os problemas locais. Dizia ele que era criticado tanto pela esquerda quanto pela direita, pois denunciava o “entreguismo” da direita ao mesmo tempo em que acreditava que o marxismo da época se resumia a uma espécie de “marxismo messiânico”, o qual não buscava pensar a teoria à luz das particularidades do Brasil. Por conta de sua vitalidade, criticou até grandes sociólogos reconhecidos atualmente, como Florestan Fernandes, e acabou sendo cassado na época da Ditadura Militar de 1964, exilando-se nos Estados Unidos, por volta de 1966.

Embora possa ser considerado um desenvolvimentista, a partir do golpe militar, em 1964, e do seu exílio nos EUA, ele percebe que não dá mais pra associar desenvolvimento nacional a uma racionalidade, uma vez que a ditadura também propunha um certo modelo de desenvolvimento. Desta maneira, razão e modernização já não eram convergentes. E é a partir desse rompimento que escreve sua última obra, *A nova ciência das organizações*, em 1981, na qual propõe um novo modelo de organização, não mais assentado em valores desenvolvimentistas, mas em valores humanistas. Importante mencionar que Guerreiro Ramos foi um dos pioneiros nos estudos

sobre organizações substantivas no Brasil, ocasionando a criação do Grupo de Pesquisa em Organizações Substantivas (GPOS), sediado na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Seguiremos, então, para a análise dessa obra e analisar de que forma ela contribui para os estudos organizacionais.

Guerreiro Ramos e as organizações

Guerreiro Ramos, no livro *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações* (1981), entende que a sociedade centrada no mercado é pré-analítica. Isto significa que os pressupostos do mercado se apresentam de maneira imediata à consciência dos sujeitos na vida cotidiana, e nesse sentido são aceitos sem questionamentos. Sendo assim, o autor atribui às teorias das organizações dominantes um caráter de ingenuidade, uma vez que tomam aquilo que aparece de maneira imediata à consciência como ponto de partida conceitual, atribuindo-lhe caráter de verdade. Quando isso acontece, as ciências perdem de vista o que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e ética. Nesse sentido, ele parte da premissa de que o modelo de organização dominante é ilusório, pois, atuando dentro da lógica de mercado, não pode servir aos interesses sociais. Suas críticas se estendem também a uma concepção equivocada de homem e de racionalidade, que gestada pela sociedade de mercado, adentra as Ciências Sociais, sendo necessária sua reformulação. Dessa forma, Ramos considera essencial desenvolver uma nova ciência das organizações, e isso só seria possível na medida em que se estabelecesse uma crítica da razão, "conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações" (RAMOS, 1989, p. 23).

O autor propõe, então, uma diferenciação entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. Por razão instrumental ele entende, tal como Hobbes, aquela que se expressa através de "cálculos utilitários de conseqüências" (*Ibid.*, 1989, p.3) e que identifica a natureza humana como a busca do homem pela satisfação dos seus próprios interesses, em que o conteúdo intencional da ação é sempre orientado por cálculos de riscos em relação a meios e fins. Segundo Guerreiro Ramos, é esse tipo de racionalidade que é estimulada pelo mercado e que, portanto, garante sua manutenção. O problema dessa racionalidade, segundo ele, é a sua incompatibilidade com um modelo de organização e sociedade voltada para uma preocupação de conteúdo ético e de atualização pessoal. Ele diz: "A maximização da utilidade é incidental, nos sistemas que visam à atualização pessoal, a atualização pessoal é incidental naqueles que visam a maximização da utilidade" (RAMOS, 1989, p.142). E, assim, é possível notar uma correlação explícita entre racionalidade instrumental e sociedade de mercado.

Em contraponto a essa razão, Ramos desenvolve seu conceito de razão substantiva, e, para isso, se baseia nas concepções de Aristóteles acerca do homem como animal político. Para Aristóteles, a política é um atributo intrinsecamente humano, isso quer dizer que, por meio dela, o homem se distingue dos outros animais. A política, a partir de seu entendimento, é vista como algo que está presente na psique humana e nesse sentido possui caráter de essencialidade, uma vez que seu significado não é reduzido aos fenômenos históricos ou sociais. Portanto, o homem possui, por natureza, a capacidade de transcender seu próprio instinto de sobrevivência em favor do bem estar e da vida humana associada. Com isso, Ramos, partindo de Aristóteles, não está defendendo uma espécie de sacrifício individual em favor do coletivo, mas somente mostrando que o espírito de sobrevivência e o cálculo interessado é apenas um aspecto da vida humana, sendo a política o meio pelo qual outras formas de relações podem se estabelecer. Desse modo, o homem voltado para a razão substantiva estaria preocupado com o conteúdo ético e com a possibilidade de atualização pessoal, e não se reduziria a uma criatura que calcula, apenas. Em vista disso, Ramos vai trabalhar dentro de uma distinção entre o social e o político.

No aspecto social, ele diz, prevalece a qualidade de bando, já no político o homem é destinado a agir por si mesmo. No social, o indivíduo tende a pensar na própria sobrevivência e, com isso, os aspectos econômicos são calculados no sentido de garantir a própria vida através da satisfação de suas necessidades. Já no campo político o homem pode desenvolver suas qualidades substantivas no sentido de uma preocupação com o coletivo, com a nação ou comunidade. Ramos, dessa maneira, estabelece uma relação direta entre razão e vida humana associada, em que esta última está diretamente relacionada ao papel que se atribui à razão e à política. Ele diz: "uma teoria da vida humana associada é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é sua principal categoria de análise" (1989, p. 26), já, por outro lado, onde prevalece apenas o conteúdo prático da ação, prevalece também uma política inócua. "Onde quer que esses interesses práticos constituam o único critério para as ações humanas, não existe nenhuma vida política" (1989, p. 30). É nesse sentido que da sociedade de mercado não se pode esperar nenhuma preocupação além do próprio indivíduo, pois onde predomina a razão instrumental também irá predominar a ausência do fator político.

Ao identificar a razão como elemento da psique humana, Ramos parece concluir que não se pode derivar dos aspectos contingenciais e transitórios, portanto sociais, qualquer tipo de razão substantiva. O autor de *Nova Ciência das Organizações* fala de uma "transavaliação" da razão no processo de "modernização", "uma vez que a palavra razão dificilmente poderia ser posta de lado. Por força de seu caráter central na vida humana, a sociedade moderna tornou-a compatível com sua estrutura normativa"

(Ramos, 1989, p. 3). Da diluição da razão aos aspectos sociais resulta apenas o esvaziamento de seu sentido e abre margem para a dominação da racionalidade instrumental e, conseqüentemente, também do mercado. Isso quer dizer que agora a razão está limitada àquilo que fazem dela, e não mais corresponde a um atributo essencialmente humano. Daí Ramos falar também que o “bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (*Ibid.*, p. 52).

Uma vez que Guerreiro Ramos enxerga o foco na razão instrumental como um equívoco que advém do predomínio da sociedade de mercado, vale explicitar as raízes epistemológicas dessa razão e de que forma ela ocupa seu espaço dentro das Ciências Sociais e das teorias das organizações. Segundo ele, as organizações são sistemas cognitivos e, com o advento das teorias *behavioristas* nessas áreas, o indivíduo passa a ser encarado como uma criatura que se comporta. Nesse sentido, perde sua autonomia e seu poder de deliberação dentro das organizações, sendo único e exclusivamente um seguidor de regras e regulamentos. E, uma vez que as organizações derivam suas próprias regras, estas passam a ter valor de verdade, embora careçam de fundamentos científicos para sustentá-las. Daí Ramos dizer que não podem, as organizações, basearem seu funcionamento a partir de suas próprias regras, pois tornam-se, assim, desprovidas de rigor científico. Por sua vez, no lugar disso que ele chamou de “síndrome comportamentalista”, o autor propõe o desenvolvimento de organizações substantivas – as quais abordaremos mais adiante –, e também fala sobre a necessidade de diferenciar comportamento de ação. Comportamento, ele diz, “é desprovido de conteúdo ético de validade geral”, enquanto que a ação “é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas [...] a ação constitui uma forma ética de conduta” (1989, p. 51).

Em suas reflexões acerca da psicologia na sociedade de mercado, Ramos aborda o conceito de “política cognitiva”. Esta, nas palavras dele, “consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (*Ibid.*, p. 87) Desta forma, as organizações funcionam como “poderosos sistemas epistemológicos” que, orientadas pelo *behaviorismo*, ditam a linguagem, o pensamento e reproduzem sua cultura interna em todos os arranjos sociais, ganhando poder de pautar a própria realidade. O indivíduo é reduzido a um ser que calcula, e qualquer possibilidade de atualização pessoal se perde diante dos interesses do mercado. Daí que se torna importante questionar os pressupostos que são aceitos pelas Ciências Sociais e teorias das organizações sem nenhum tipo de reflexão. Neste momento, Ramos já está preparando o caminho para pôr em pauta sua proposta para uma *Nova*

Ciência das Organizações e conseqüentemente para o desenvolvimento de organizações substantivas. Vale lembrar que, para ele, isso só é possível através de uma mudança também das Ciências Sociais, a qual permitirá ser feita a crítica radical das ciências das organizações dominantes e da racionalidade instrumental.

As organizações substantivas precisam estar alinhadas com a racionalidade substantiva. Dessa forma, por organizações substantivas compreendem-se organizações verdadeiramente preocupadas com a atualização pessoal, com a autenticidade, com o meio ambiente, e com as novas exigências que a modernidade apresenta. Ramos não nega a funcionalidade da razão instrumental, o problema consiste em ela dominar todos os aspectos da vida social. Daí ele considerar indispensável a delimitação dessa razão no contexto social e criar outros espaços onde a razão substantiva também possa se desenvolver. Na Antiguidade, ele diz, a economia fazia parte do sistema biofísico da sociedade, portanto, o mercado era só mais um elemento dentre outros. Hoje, o mercado domina todas as instâncias da vida, sem entraves, e, pra ele, isso constitui a maior parte dos problemas atuais. Por isso sua preocupação em abordar uma paraeconomia, na qual o mercado, bem como a racionalidade instrumental, ficariam entre parênteses, ou seja, circunscritos a apenas algumas relações dentro do quadro social mais geral.

É claro que a obra de Guerreiro Ramos, como ele mesmo diz, tem status apenas preliminar, sendo necessários outros desenvolvimentos para botar em prática o que chamou de Nova Ciência das Organizações. Além disso, deixou algumas questões em aberto, exemplo: como metodologicamente colocar a razão substantiva em prática. Além disso, pincelou sobre a necessidade de reavaliação dos fundamentos das ciências sociais e das organizações, mas não estabeleceu como exatamente fazê-lo. O mais próximo que chegou, neste sentido, foi sua elaboração acerca do homem parentético. Este, diferente do homem que calcula, age a partir de seus próprios critérios, baseando-se em valores mais éticos e universais. Portanto, luta constantemente contra os mandos do mercado. Embora esse homem pareça tomar a forma de uma entidade metafísica, botando em dúvida sua ocorrência na realidade, também parece estar muito mais relacionado a um dever-ser no qual através de mudanças individuais a sociedade rumaria para outra direção.

Em suma, o que se observa é que Guerreiro Ramos já verificava, por volta dos anos 1980, algumas mudanças no que se refere à razão. Entendia que as Ciências Sociais possuíam centralidade, seja na disseminação da razão instrumental, liberando o mercado de suas "peias", na delimitação desta a somente alguns aspectos da vida, como era o seu projeto. Além disso, partia dele a ideia de que o homem não pode ser reduzido ao aspecto social apenas,

caso contrário poderia estar o homem se distanciando de organizações mais éticas e conseqüentemente de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a política aparece como meio adequado pelo qual o homem pode fazer uso de uma razão substantiva verdadeiramente preocupada com o coletivo. Acrescenta-se, por fim, a influência das bases fenomenológicas traçadas por Husserl, para quem era necessário repensar os fundamentos filosóficos nos quais as ciências estariam plantando suas raízes. Da mesma forma, Ramos parece estar preocupado com as bases epistemológicas de caráter *behaviorista* que até então norteavam as Ciências Sociais, as Ciências Políticas e o mercado de maneira geral. Nesses termos, cabe agora entender como esse panorama permite pensar as escolas e as influências que a sociedade de mercado e a razão instrumental exercem sobre a gestão escolar.

Gestão escolar e democracia

Segundo Amitai Etzioni, em *Organizações Modernas* (1964), nascemos, nos desenvolvemos e morremos dentro de organizações. A Era Moderna é a era das organizações. Por isso mesmo a escola tem sido cada vez mais inflada de perspectivas advindas da área da administração e que de alguma forma promove a ideia de mercado no âmbito educacional. Não à toa o surgimento de obras como *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público* (2019), de Christian Laval, e tantos outros trabalhos que buscam entender esse movimento de transformação da escola em termos de causas eficientes e inovadoras. A escola, como qualquer outra organização, possui regras, estatutos e formas de gestão variadas, além de hierarquias e burocracias. Nesse sentido, faz-se urgente pensar a escola como organização, mas não no sentido de promover sua mercantilização, mas no de questionar a própria concepção do que é uma organização, ou pelo menos do que ela pode ser. Isso significa que da mesma forma que Guerreiro Ramos defende a ideia de implementação de organizações substantivas, este artigo propõe a ampliação desse olhar para o âmbito das escolas. Sendo assim, como para ele o elemento político está diretamente relacionado à possibilidade de construção de organizações com valores éticos e de desenvolvimento pessoal, o elemento político se faz central também na construção de escolas que tenham por princípio uma razão substantiva alicerçada em valores democráticos e humanísticos. Isso só é possível diante de uma crítica radical à razão instrumental que, impulsionada pela sociedade de mercado, vê na escola uma oportunidade de lucrar. Cabe, então, entender a maneira pela qual os esforços da sociedade de mercado, pautados por uma razão utilitarista, neutralizam o desenvolvimento integral da escola em termos substantivos. Para isso, será trabalhado o artigo *Porque é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?* (2018), escrito por Licínio C. Lima, pois nele o autor reflete sobre os obstáculos que impedem as organizações

escolares, tanto no Brasil quanto em Portugal, de se tornarem organizações substantivamente democráticas.

O autor inicia sua exposição citando duas correntes principais que versam sobre a democratização das escolas. A primeira delas entende que, estando a organização democrática das escolas legalmente assegurada, estariam, por sua vez, salvaguardadas também na prática, não sendo necessária nenhuma intervenção para o seu pleno funcionamento. Nesse sentido, governos democráticos tenderiam a tornar o ambiente escolar também democrático, de maneira quase automática. Como é possível notar, essa corrente se apresenta como absolutamente frágil, na medida em que nem sempre as escolas refletem os ideais políticos vigentes. Além disso, nem sempre quando se fala de governos democráticos se fala de uma democracia realmente substantiva. Por outro lado, a segunda perspectiva, em contraponto com esta primeira, pensa a organização democrática das escolas como ineficiente frente aos ideais de competitividade e de qualidade postos em questão. Neste caso, a escola é entendida como uma prestadora de serviços onde os alunos e as famílias são os clientes. Sendo assim, predomina um discurso pejorativo contra a burocracia estatal que aponta para a falta de resultados e de qualidade na gestão vigente nas escolas. Neste caso, para a superação deste impasse, estes grupos propõem a intervenção daquilo que chamam de princípios gerencialistas, ou seja, “adoção da empresa privada como arquétipo institucional e de organização racional, de gestão inovadora e eficiente” (LIMA, 2018, p. 18).

Dessas duas correntes derivam uma série de obstáculos que devem ser analisados quando se pensa uma organização escolar democrática. O primeiro deles remete à questão da diferenciação entre a política democrática expressa e a política democrática substantiva, ou melhor, é necessário ampliar a noção de democracia para além do âmbito formal, das leis e dos regulamentos, para pensar de que forma ela pode estar presente dentro das ações e das práticas escolares. Guerreiro Ramos contribui para essa discussão na medida em que propõe sua diferenciação de comportamento e ação. Para uma escola mais democrática faz-se necessário que professores, bem como todos aqueles que fazem parte dela, ajam. Ou seja, tenham consciência do papel que desempenham, bem como do princípio ético da escola, qual seja, desenvolver nos alunos a capacidade de refletir sobre sua condição e promover o suporte para formas substantivas de vida humana associada. Longe de modelos que permitam pensar a crítica da razão instrumental e os impactos desta na escola e na educação, é difícil pensar em saídas democráticas também da sociedade.

Em outro ponto, questiona a própria segurança legislativa das organizações democráticas, tendo em vista que nem sempre elas mantêm uma linearidade que assegure a sua vigência, o que pode acabar culminando

em retrocessos também no âmbito legislativo. Ou seja, o fato de elas estarem na letra da lei não quer dizer que sempre estarão. Daí a preocupação de Guerreiro Ramos em alocar o lugar da razão substantiva na psique humana, pois uma vez que esses valores se encontram somente no social, estão passíveis de serem alterados, ressignificados e “transavaliados” de acordo com as circunstâncias. Da mesma forma, estando a democracia diretamente relacionada à razão substantiva, precisa ser ela implementada em seu sentido pleno, na ação concreta de professores e nos esforços conjuntos para a sua efetivação.

Parte de toda essa conjuntura recai sobre o reconhecimento de que a escola, desde sua criação, não foi pensada para ser democrática, pelo contrário, segundo Licínio C. Lima, a escola absorveu muito das organizações militares, religiosas e industriais, tendo o seu caráter democrático sido discutido somente após a sua inserção como direito fundamental. Diz Ramos:

A educação, também não escapou ao processo de superorganização; seu objetivo, de modo geral, é sobretudo tornar as pessoas capazes de se transformarem em detentoras de emprego, no sistema de mercado. [...] Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão predeterminada da realidade (1989, p. 145).

Sendo assim, as raízes da escola como organização que busca resultados e serve a fins específicos e eficientes dentro da sociedade parece não terem sido abandonadas. Na realidade, o que ocorre é uma intensificação da ideia de competitividade, uma busca pelos resultados e um discurso empreendedor nunca antes visto no âmbito pedagógico, o que parece corresponder também a essa nova fase da modernidade e com ela a maior predominância das leis do mercado em todos os âmbitos da vida social, o que culmina por dificultar a construção de escolas democráticas por conta do próprio contexto histórico em que ela se desenvolveu.

Diante do exposto, cabe alguns apontamentos referentes à escola, que passam “despercebidos por aqueles que buscam a sua empresarização”, diz Lima:

- a) a formação e a cultura profissional dos professores e dos gestores escolares são coincidentes, ao contrário do que acontece na maioria das organizações complexas;
- b) os alunos não são simplesmente usuários, não são clientes da escola pública, são participantes e têm direitos enquanto tal, além de pertencerem à organização, ou seja, de serem membros da escola;

- c) os professores, na sua ação, dependem em grande parte dos alunos e só ensinam verdadeiramente se estes quiserem aprender, uma vez que não existe verdadeiro ensino sem aprendizagem;
- d) as doutrinas, os métodos e as técnicas de gestão empresarial não só se revelam, frequentemente, de difícil aplicação às escolas, como, em muitos casos, é mesmo impossível aplicá-los sem correr o risco de transformar a gestão escolar num ato deseducativo;
- e) os objetivos educativos não são apenas distintos dos da produção material e da obtenção de lucro. Além disso, são muito complexos, ambíguos e difíceis de definir *a priori* com rigor, mesmo considerando o regresso às pedagogias científicas e racionalizadoras, aos resultados de aprendizagem, às metas, aos indicadores, aos padrões e às evidências;
- f) as tecnologias organizacionais das escolas, ou seja, seus processos educativos e didáticos, revelam uma grande incerteza, são pouco fidedignos, não produzem sempre os mesmos resultados, não se compreendendo, por isso mesmo, o recurso às metáforas produtivistas e mecanicistas, como se cada aluno fosse uma espécie de matéria-prima moldável e imediatamente comparável.

Disso resulta que o debate acerca de como a escola será gerida vai para além da escola e seus objetivos internos, pois colocam em jogo os rumos da sociedade, pois é através dela que grupos poderosos podem impor sua visão de mundo, sejam eles empresas, grandes conglomerados ou o próprio estado. Nesse sentido, debater a organização escolar é debater o futuro da sociedade, é pensar a escola em termos substantivos, é resgatar os valores humanos e os princípios éticos de uma sociedade que pensa formas de vida associativas. Conforme Lima,

não é possível ensinar nem aprender a democracia, a participação e a cidadania ativa em contextos escolares e através de processos de governo autocráticos, sob práticas elitistas e oligárquicas, subjugadas a líderes autoritários e a dinâmicas patrimonialistas, ou ao império da racionalidade técnico-instrumental (2018, p. 26).

Pelo contrário, somente através da crítica à razão instrumental, e dos debates acerca da razão substantiva e, por conseguinte, da política, é possível se pensar em modelos de democracias substantivas para as escolas e também para a sociedade como um todo. Mas mesmo diante deste diagnóstico, de domínio da razão instrumental na sociedade e nas escolas, ao longo dos anos as teorias desenvolvidas não foram suficientes para mudar o cenário geral. Embora isto tenha menos a ver com a qualidade destas discussões e mais com os contextos nos quais elas se fazem, qualquer esforço no sentido de complementar ou impulsionar essas críticas nos rumos que elas devem seguir se tornam extremamente válidas e urgentes.

Pensando nisso, é que este artigo propõe, como campo promissor para pensar a escola enquanto organização substantiva, as teorias antiutilitaristas derivadas de Marcel Mauss. Como Lima aponta nos tópicos elencados acima, a educação não se enquadra nos moldes do mercado, não podendo ser ela quantificada em termos de eficiência como seria uma organização com fins mercantis. E Guerreiro Ramos, apesar de suas críticas à razão instrumental, não desenvolveu completamente suas ideias, pois faleceu logo após a publicação de sua última obra, *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização das riquezas das nações* (1981). Dessa forma, pensar a educação pela via do antiutilitarismo talvez possibilite compreender a linha do que o próprio Guerreiro Ramos estava tentando apresentar, bem como renovar as críticas ao tecnicismo presentes nas organizações escolares, além de combater essa forma de razão no quadro mais geral da sociedade.

O antiutilitarismo de Marcel Mauss

Baseado no *Ensaio sobre a Dádiva* (1925), obra do antropólogo francês Marcel Mauss, um grupo de pesquisadores na França criou um movimento que denominou M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais). A princípio, o grupo tinha como intuito homenagear este autor da Antropologia, mas na medida em que foram revisitando a sua obra viram que suas críticas poderiam contribuir para o estabelecimento de um terceiro e novo paradigma nas Ciências Sociais.

No modelo desenvolvido por Mauss do dar, do receber e do retribuir, parece que o autor está buscando fundamentar um novo modelo relacional que não é nem holista nem individualista (CAILLÉ, 1998). Este modelo nomeado de princípio da Dádiva, parte do pressuposto de que o que motiva a relação entre as pessoas, e que de certa forma rege a manutenção das relações, tem a ver com princípios de troca. Mas diferentemente da sociedade de mercado, que assume que as relações são pautadas somente por princípios de interesses de máxima eficiência e de troca de mercadorias, Mauss entende que as trocas são também significativas.

Em sua análise das sociedades arcaicas, Mauss observou que, em algumas aldeias, as trocas representavam para além de meras trocas de mercadorias, significavam também trocas simbólicas de determinados valores, como honra, casamento, etc; onde o dar simbolizava também o poder de determinado representante ofertar e, por sua vez, demandar um ato de retribuição, o qual envolvia, muitas vezes, uma retribuição maior do que aquilo que se deu. Esse ciclo possui algumas características inerentes ao próprio processo que, se por alguma razão for rompido, põe em risco a vitalidade de tal relação. Dentre estas características estão o fator tempo e o ato de retribuição. Quando se dá algo, é necessário manter a incerteza de

“quando” e “se” será realmente retribuído. É somente em virtude do risco dessa relação poder se estabelecer ou não, que o dar se torna uma dádiva. Nesse sentido, se por alguma razão a dádiva não for retribuída, ou, se do contrário, for retribuída no mesmo instante, ela deixa de ser uma dádiva e passa a ser uma relação contratual entre as partes, onde as regras do jogo estão claras e bem estabelecidas. Por outro lado, se o ato de retribuição não acontecer, pode ser que esta quebra do ciclo resulte em desarmonia entre as partes.

Essa dinâmica deixa, subentendidos, aspectos que fogem às explicações meramente economicistas das relações sociais, os quais, por sua vez, podem ser observados em todas as sociedades. Enquanto o conteúdo das trocas na sociedade de mercado é reduzido a apenas um aspecto, Mauss alerta que a humanidade cria e imagina formas de relação verdadeiramente variadas, não podendo ser simplificadas a apenas uma dimensão. Além disso, essa dinâmica aparece como um paradigma quando deixa de se referir a apenas algumas sociedades e se torna fundamento das relações sociais, como é parte da premissa de Alain Caillé. Daí também o caráter relacional da existência humana. Segundo Paulo Henrique Martins,

Mauss traz na sua abordagem um aspecto crucial para se evitar a generalização do relativismo teórico, ao propor que o dom é o lastro ontológico por excelência sobre o qual se apóiam todas as possibilidades de alianças e saberes. (MARTINS, 2017, p. 127)

Além disso, o antiutilitarismo critica também os ideais de progresso e modernização que se estabeleceram no Ocidente. Paulo Henrique Martins no artigo *A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé* (2017), aponta o seguinte:

a aplicação desse modelo ideológico do progresso na organização da realidade humana promoveu uma distância metodológica ilusória e relevante entre racionalismo científico e realidade empírica. A representação linear e causal da modernidade demonstrou ser insuficiente para explicar a dinâmica espacial e temporal, paradoxal, multitemporal e multiespacial do processo vital, e que escapa a quaisquer esquemas cognitivos dados previamente pelo Ocidentalismo. (*Ibid.*, p. 185)

Sendo assim, o autor parece deixar claro que os ideais positivistas existentes na modernidade não dão conta de explicar toda a realidade social. Guerreiro Ramos também era forte crítico da ideia de progresso. Segundo ele, a noção de tempo linear é característica das sociedades ocidentais, as quais acreditam que o desenvolvimento culminará num estágio final de perfeição. É um erro defendido pelo capital e que os marxistas também acabam por reproduzir. O que ele defende, para uma Nova Ciência das Organizações, é um modelo multitemporal, no qual, para além do tempo como mercadoria,

existam também formas de organização em que prevaleçam um tempo para “a intimidade e uma intensa reciprocidade interpessoal” (RAMOS, 1989, p. 167).

Na tentativa de pensar Guerreiro Ramos e de que maneira Marcel Mauss se coloca na discussão acerca da crítica da razão instrumental, é possível pensar em um conteúdo totalmente inovador que a dádiva fornece para refletir sobre as organizações e os paradigmas contemporâneos. A maneira pela qual o antiutilitarismo de Mauss se mostra arrebatador, no sentido de desmistificar a tese do interesse utilitário, fornece a Guerreiro Ramos a possibilidade de investigar as raízes relacionais das organizações em termos não meramente utilitaristas, mas coadunando com sua ideia de organizações substantivas. Assim como Mauss, Guerreiro Ramos também parece acreditar que há uma diversidade de possibilidades de se estabelecer relações não meramente utilitárias, isso, na medida em que propõe seu modelo multicêntrico, focado em outras formas de convivência, orientadas por uma razão substantiva, criando espaços para o desenvolvimento além do interesse egoísta. Aliás, Marcel Mauss, assim como Guerreiro Ramos, entende que a razão instrumental possui o seu valor, mas não explica toda a complexidade das relações sociais, isso porque o interesse é característica de toda relação social, porém o aspecto egoísta e mercantil desse interesse é alvo da crítica destes autores, uma vez que o interesse também se estende para além destas dimensões.

Antiutilitarismo e organizações escolares

Diante do que foi apresentado, cabe agora explicitar brevemente alguns caminhos que podem auxiliar em estudos posteriores que busquem relacionar antiutilitarismo e organizações escolares. Guerreiro Ramos e Marcel Mauss aparentam lançar mão de uma crítica à razão instrumental e conseqüentemente aos pressupostos economicistas que moldam as relações sociais. Em vista desse objeto comum, a escola parece inundada dos efeitos de tais influências, o que faz com que os elementos políticos, bem como os próprios sentidos da escola, percam-se neste emaranhado, criando obstáculos para a sua democratização substantiva, como bem aponta Licínio C. Lima. No entanto, todos os autores parecem concordar que a política é primordial para a compreensão e para o realinhamento de tal instituição dentro de princípios éticos, em uma sociedade mais justa e com valores humanos convivalistas.

Mas, na medida em que a política se fragmentou com o advento da razão instrumental e de modelos de relação social baseados no mercado, faz-se necessário resgatar essa política. Neste sentido, o antiutilitarismo aparece como peça chave desta empreitada. Tanto Marcel Mauss como Guerreiro Ramos trataram de resgatar, em saberes não hegemônicos, influências que

pu dessem auxiliar no entendimento do pensamento social aqui no Ocidente. Como aponta Paulo Henrique Martins, Mauss “realiza uma crítica importante e original para o desenvolvimento dos estudos pós-coloniais, ao valorizar saberes provenientes de culturas não europeias” (MARTINS, 2014 apud MARTINS, 2017). Essas críticas devem ser capazes de influenciar a gestão escolar, levando-a a refletir sobre a sua função e o lugar que a escola ocupa dentro da sociedade. Em princípio, essa questão perpassa a valorização de saberes locais, e uma educação que seja significativa para os alunos, ou seja, que passam à margem de saberes hegemônicos, que defendem princípios de competitividade e eficiência. Através deste trabalho, talvez a política substantiva possa se estabelecer como núcleo que orientará ações conscientes em prol de formas de vida associativas e democráticas.

Além disso, as críticas ao tempo serial em detrimento do tempo substantivo, orientadas pela razão substantiva e pelo antiutilitarismo, é característica marcante que deve ser pensada à luz das escolas. A relação entre professores e alunos não pode ser mercantilizada no sentido de o aluno ser visto apenas como um cliente que busca um serviço. O conhecimento só é possível através da autenticidade e de ciclos de dádiva que se estabelecem em sala de aula. O conhecimento não se enquadra nos moldes do mercado, pois não é algo que pode ser quantificado; e seus efeitos se fazem sentir menos na objetividade e mais nos aspectos subjetivos de desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, o tempo em sala de aula deve ser um tempo de satisfação, onde prevaleça a reciprocidade interpessoal, e que busque o desenvolvimento de valores sociais e de cidadania.

Por fim, o resgate da dádiva de Marcel Mauss e a centralidade dada à mesma por Alain Caillé, alçando-a como um primeiro paradigma para as Ciências Sociais (MARTINS, 2017), demonstra que estudos nesta área podem ser promissores para pensar as novas relações sociais que a sociedade de mercado tem estimulado, além de renovar as críticas dentro da teoria social, e, neste caso, pensar a gestão escolar como um universo de trocas simbólicas entre seus agentes.

Conclusão

Este trabalho buscou apresentar que os estudos organizacionais podem ser promissores para compreender os problemas que afligem as organizações escolares dentro daquilo que Lima (2018) chamou de “império da racionalidade técnico-instrumental”. No entanto, o faz a partir de uma nova ideia de organização inicialmente desenvolvida por Guerreiro Ramos. As suas críticas à razão instrumental e a busca por um retorno à ideia de razão substantiva, baseadas em Aristóteles, parece movê-lo no sentido de um resgate da política e de princípios éticos humanistas dentro das organizações.

No quadro escolar, através de Licínio C. Lima, foi possível observar que o predomínio da razão instrumental, neste âmbito, culminou em modelos de gestão escolar não democráticos, o que limita as possibilidades de construção de uma sociedade que pensa formas de vida associativas. Apesar disso, ao final, o trabalho propõe, como forma de avançar nos estudos nesta área, as teorias antiutilitaristas derivadas de Marcel Mauss. Este, mais do que Guerreiro Ramos, para quem infelizmente não foi possível aprofundar suas teorias, apresenta-se como solo fértil para o desenvolvimento de estudos que avaliam os impactos da razão instrumental nas escolas, bem como no restante da sociedade, além de mostrar que formas de vida associativas são possíveis, e, nesse ponto, o paradigma da dádiva aparece como elemento fundamental. Longe de querer esgotar o tema, este trabalho é uma provocação para a importância de estudos posteriores sobre esta temática.

Referências Bibliográficas

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 13, p. 5-38, 1998.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Tradução: Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo Editorial, 2019.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? 1. *Educar em Revista*, v. 34, p. 15-28, 2018.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. *Sociologias*, v. 19, p. 162-196, 2017.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.